

COMPLEXO FUTURO

construindo a transição entre o acolhimento
e a autonomia dos jovens egressos de abrigos

acadêmica: coral belló lopes

professor orientador: luis carlos macchi

universidade federal do rio grande do sul | trabalho de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo 2020/1

SUMÁRIO

1. TEMA	
1.1 Introdução, justificativa e contextualização da temática	01
1.2 Relação programa, sítio e tecido urbano	05
1.3 Objetivos da proposta	07
2. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	
2.1 Definição dos níveis e padrões de desenvolvimento pretendidos	08
2.2 Metodologia e instrumentos de trabalho	08
3. DEFINIÇÕES GERAIS	
3.1 Agentes de intervenção e seus objetivos	09
3.2 Caracterização da população alvo	10
3.3 Aspectos temporais e aspectos econômicos	11
4. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA	
4.1 Descrição das atividades	12
4.2 Programa de necessidades	13
4.3 Diagrama de fluxos	15
5. LEVANTAMENTO DA AREA DE INTERVENÇÃO	
5.1 Potenciais e limitações da área	16
5.2 Morfologia urbana e relações funcionais	17
5.3 Uso do solo e atividades existentes	18
5.4 Sistema de circulação veicular e peatonal	19
5.5 Características especiais de edificações, espaços abertos e vegetação	20
5.6 Redes de infraestrutura: água, drenagem, esgoto, energia e iluminação	23
5.7 Aspectos qualitativos e quantitativos da população residente	23
5.8 Estrutura, drenagem do solo e microclima	24
5.9 Levantamento fotográfico e planialtimétrico	25
6. CONDICIONANTES LEGAIS	
6.1 Código de Edificações	29
6.2 Plano Diretor Municipal	29
6.3 Normas de proteção contra incêndio	30
6.4 Normas de acessibilidade universal	30
7. INFORMAÇÕES FINAIS	
7.1 Bibliografia	31
7.2 Histórico escolar	32

"O futuro não é um lugar onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando. O caminho para ele não é encontrado, mas construído e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quanto o destino."

Antoine de Saint-Exupéry

TEMA

II Introdução, justificativa e contextualização da temática

Art. 37º. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social. (Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013).

Atualmente no Brasil, os jovens pertencentes aos serviços de acolhimento institucional ao atingirem a maioria, isto é, ao completarem 18 anos, são considerados aptos a deixar os abrigos ou casas lares e viver por conta própria. No entanto, a maior parte desse grupo ainda não tem condições financeiras e psíquicas de se manter sozinho e traçar um plano de vida. Nosso país não apresenta programas sociais específicos para esse público o que dificulta a transição das crianças acolhidas à vida adulta.

O desligamento desses jovens é uma ação abrupta que rompe com os sentimentos de amparo e proteção fornecidos pelos abrigos infantis. Soma-se ainda à ausência de um refúgio, a expectativa da sociedade de que esse jovem seja inteiramente responsável pelos seus atos, ou seja, que ele apresente o senso de responsabilidade que se é esperado de um adulto quando, muitas vezes, ele ainda nem atingiu o estágio de responsabilidade de um adolescente. A falta de políticas públicas para os jovens egressos do acolhimento institucional é um assunto de extrema importância à medida que impacta diretamente na construção do futuro do país.

Segundo as estatísticas do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estado do Rio Grande do Sul é o 3º estado do país com o maior número de acolhidos,

são 3698 crianças e adolescentes no total, ficando atrás somente de São Paulo (9086) e Minas Gerais (3618). Seguindo as estatísticas do SNA, dos 3698 acolhidos, 1121 tem 15 anos ou mais, isto significa que 3031% do total estão na faixa etária dos 15 aos 18 anos. Segundo o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), a cada ano cerca de 70 meninos e meninas acolhidos na cidade de Porto Alegre atingem a maioria e – conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – são desligados dos serviços de acolhimento.

Quando chegam nessa etapa, os jovens têm poucas opções a seguir: uns conseguem se revincular às suas famílias, outros procuram um lugar para viver como abrigos ou pensões enquanto terceiros passam a morar nas ruas. Independente da escolha, é fundamental que esses jovens já estejam no mercado de trabalho para terem independência financeira e, conseqüentemente, poderem planejar um futuro digno para si. No entanto, além da falta de apoio familiar, muitos enfrentam dificuldades escolares, visto que apenas 2% dos acolhidos entre 14 e 18 anos terminaram o Ensino Médio, a maioria dessa faixa etária ainda está no 6º ano do Ensino Fundamental: situação que interfere diretamente na possibilidade de conseguirem um emprego ou até mesmo de participarem de cursos profissionalizantes, visto ser necessário concluir o Ensino Fundamental para ingressar nesses programas.

Além das dificuldades escolares e da falta de amparo familiar, o qual as instituições de acolhimento infantil tentam reparar, existem também as questões psicológicas. Os motivos pelos quais as crianças são separadas de seus núcleos familiares são inúmeros, mas sabe-se que todos eles configuram situações traumatizantes para essas crianças, são marcas profundas em vidas que recém começaram.

Casos de abandono, negligência, abusos de diversas formas e orfandade são as principais causas que requerem interferência dos conselhos tutelares. O afastamento das crianças e adolescentes de suas respectivas famílias tende a ocorrer quando estas não têm condições de oferecer uma criação com segurança, provendo o básico para o desenvolvimento deles. Apesar de estar previsto na Lei Nº 12.010/09 que o prazo máximo para que as crianças fiquem nos abrigos é de dois anos, isto é, que o Estado brasileiro tem dois anos para resolver o destino final delas, muitas chegam bem pequenas e só saem ao atingirem a maioria, ou seja, moram a maior parte da vida em um local que deveria ser somente uma passagem.

Segundo entrevista com a Carolina Beck, coordenadora da Casa 4 da Fundação Pão dos Pobres, os jovens quando atingem a maioria e são obrigados a sair do acolhimento veem aquela situação como se fosse uma segunda rejeição, um segundo abandono – remetem à lembrança do primeiro como sendo o motivo que os levou ao abrigo – e por isso o sentimento que predomina nesse momento de ruptura é o medo: medo de enfrentar o novo e, principalmente, de o enfrentarem sozinho. Existe uma preocupação por parte das instituições para que a desvinculação seja gradual e que eles estejam preparados para quando o dia do 18º aniversário chegar, mas não é uma tarefa fácil, principalmente quando a história de vida de cada um desses jovens torna-se tão singular e requer uma atenção especial.

Segundo o documento "Orientações para Elaboração do Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens" do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) as repúblicas direcionadas aos adultos jovens têm o papel de oferecer: "moradia subsidiada e

acompanhamento técnico a jovens entre 18 e 21 anos, após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, por estarem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação." (SUAS, 2013, p.3) O documento também afirma a necessidade desses serviços incentivarem a qualificação profissional, assim como a construção de projetos de vida e planejamento do futuro.

Atualmente não existe nenhuma república voltada a jovens de 18 a 21 anos vinculada ao serviço público na cidade de Porto Alegre. Um levantamento feito pelo site GI com as prefeituras de todas as capitais do país no ano de 2010 mostrou que as únicas que ofereciam esse serviço eram São Paulo e Curitiba. Esse tipo de acolhimento é de extrema importância, visto que têm o objetivo de auxiliar esses jovens na transição da vida infantil à vida adulta, sendo assim, não configura somente um espaço de moradia, mas um programa intensivo de reestruturação de vida. Como dito anteriormente, parte dos jovens egressos optam por um serviço de acolhimento para adultos que engloba pessoas de 18 a 59 anos, no entanto a convivência desses jovens com outros adultos mais experientes cujas trajetórias de vida são extremamente complexas, muitas vezes mostra um mau exemplo a seguir invalidando todo o trabalho desenvolvido pelos serviços de acolhimento infantil que tendem a evidenciar bons exemplos.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre em vigência – instrumento de planejamento das ações que serão desenvolvidas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) durante os anos de 2018 a 2021 –, já existe a meta de implantação de uma república para adultos jovens, o que confirma a necessidade da cidade perante esse tema.

TEMA

II Introdução, justificativa e contextualização da temática

Em 2018 foi apresentado o PLS 507/2018, um Projeto de Lei do Senado que cria a Política de Atendimento ao Jovem Desligado de Instituições de Acolhimento. O intuito dessa iniciativa é prever políticas públicas a jovens de 18 a 21 anos que faziam parte do sistema de acolhimento, foram obrigados a sair ao atingirem a maioridade e encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º. O Poder Público é responsável pela criação de serviço de apoio para garantir moradia acessível destinada a jovens egressos de instituições que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que tenham vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, que estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para prover o próprio sustento. (Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2018)

O PLS 507/2018 dispõe a respeito do serviço de apoio aos jovens desligados, afirmando que este deverá prever moradias em formato de repúblicas, similares a repúblicas estudantis, destinadas a atender esse grupo. Além de explicar alguns critérios de funcionamento e características dessas repúblicas, o projeto de lei ainda afirma que os responsáveis técnicos presentes nessas instituições deverão incentivar os estudos e a capacitação dos jovens. Eles deverão disponibilizar meios para que os abrigados participem de programas de profissionalização e de aceleração de aprendizagem a fim de inseri-los no mercado de trabalho.

O serviço de apoio deve ainda auxiliar as questões pessoais e sociais de cada um dos jovens adultos, principalmente

no que se refere aos projetos de vida, planejamento do futuro, construção de vínculos e relacionamentos interpessoais. As repúblicas deverão promover atividades que objetivem a autonomia dos jovens, através do desenvolvimento da autogestão e da autossustentação de forma a prepará-los para o futuro, fazendo uma transição gradual da juventude à fase adulta. O corpo técnico desses locais ainda será responsável por estreitar a relação dos jovens com atividades culturais, esportivas e artísticas.

Em dezembro de 2019 o PLS 507/2018 foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, a proposta aguarda análise de Paulo Paim, relator da Comissão dos Direitos Humanos (CDH).

Somado a todos esses fatores já dispostos, no início deste ano (2020) surgiu na China um novo coronavírus, chamado de COVID-19. Responsável por causar uma doença pulmonar grave, o coronavírus tem atingido milhares de pessoas em diversos países do mundo. No dia 26 de fevereiro deste ano, foi confirmado o primeiro caso de coronavírus no Brasil. No dia 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a COVID-19 como uma pandemia em razão de sua larga distribuição geográfica. Atualmente no mundo são mais de 23 milhões de casos e 800 mil mortes, somente no Brasil já são mais de 35 milhões casos e 115 mil mortes.

Sabe-se que os afetados diretamente pela COVID-19 são os indivíduos que fazem parte dos grupos de risco, ou seja, os idosos e pessoas com doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, asma etc. No entanto, além das milhares de vítimas diretas – já acometidas e que virão a ser – do coronavírus, existem milhares de pessoas que foram e serão atingidas indiretamente pela pandemia de diversas formas. O mundo inteiro ainda está tentando compreender os impactos do surto do

coronavírus na saúde, na economia e em todas as demais áreas que atingem a vida das pessoas e a organização da sociedade. Atualmente não se pode afirmar que sabemos quais serão todas as consequências dessa doença. Contudo, já existem indícios de que as crianças e os adolescentes serão atingidos fortemente por essa pandemia que está vitimizandando as faixas etárias mais altas, nas quais encontram-se os pais, avós e responsáveis por eles. Em razão do alto fator de contágio da COVID-19, muitos integrantes da mesma família estão se contaminando simultaneamente, fator que poderá causar um grande número de órfãos no país e no mundo.

Além da ortandade, a crise econômica que surgiu (e se intensificará nos próximos meses), atingirá todas as famílias brasileiras. Aquelas famílias que já apresentavam dificuldades financeiras antes do surto sofrerão ainda mais com os reflexos da pandemia o que propiciará um aumento no número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a soma de crianças e de jovens que necessitará da assistência do Estado e da ajuda da sociedade, será muito maior do que encontramos atualmente.

Segundo publicação de Ariel de Castro Alves, conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe SP) e ex-conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda): *"Diante da iminência das situações de riscos, precisamos tratar de políticas públicas, serviços e redes de proteção comunitárias que poderão acolher, proteger e amparar os milhares de órfãos da pandemia, e também os atingidos pelos impactos gerados pelas crises econômicas, sociais e humanitárias advindas desse período. Certamente nas famílias pobres e em situação de vulnerabilidade os efeitos serão ainda mais devastadores."* (CALVES Ariel de Castro, abril de 2020).

Em maio deste ano, o presidente da CDH, senador Paulo Paim do PT-RS, apresentou um projeto de lei, o PL 2528/2020, que estabelece algumas determinações objetivando auxiliar as crianças e adolescentes participantes do sistema de acolhimento ou que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Dentre as iniciativas propostas, encontram-se: necessidade de preparação gradativa de desligamento dos jovens por parte das instituições de acolhimento com ênfase no ensino profissionalizante e educação técnica; destinação de 5% das vagas gratuitas de cursos e programas das entidades de aprendizagem profissional do "Sistema S" para adolescentes órfãos; a prioridade aos jovens egressos no acesso aos programas e projetos públicos como financiamento estudantil, acesso ao primeiro emprego, habitação popular e atendimento psicológico, além da prioridade para vagas de estágio em órgãos e entidades públicas.

Trata-se de medidas simples, e que não trarão quer ao Sistema S, quer à seguridade social, encargos insuportáveis, mas cujos benefícios sociais serão inegáveis, cumulativos, de grande impacto social, e, sobretudo, capazes de contribuir para mitigar os impactos sociais da situação antes referida, agravada pela calamidade Covid-19. (Senador Paulo Paim, Projeto de Lei nº 2528, de 2020)

Frente à história e à realidade brasileira perante à situação da infância e juventude desassistidas somadas às consequências da pandemia, é indiscutível que precisamos pensar em políticas públicas eficientes e achar soluções para essa questão. É imprescindível proteger e cuidar dos jovens, pois são eles que construirão o futuro do país.

TEMA

12 relação programa, sítio e tecido urbano

Como dito anteriormente, o serviço de acolhimento em repúblicas para jovens exige o incentivo à qualificação profissional e, por isso, a república em questão será aliada a uma instituição de ensino já existente, de forma a fortalecer esse vínculo entre o acolhimento e a vida escolar e, conseqüentemente, profissional. Isto posto, a instituição escolhida foi a EMEF Porto Alegre (Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre), mais conhecida como EPA.

A escola foi fundada em 1995 e tinha o objetivo de desenvolver um atendimento mais especializado a adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal. Conforme regimento interno, ela prevê uma escolarização diferenciada e sua metodologia curricular se organiza em três etapas: **Estudo da Realidade** que se refere ao SAIA (Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento); **Organização do Conhecimento** que se refere à totalidade de aprendizagem e oficinas educativas; **Aplicação do Conhecimento** que se refere à fomentação do trabalho educativo.

O NTE (Núcleo do Trabalho Educativo) da EPA criado em 1999 tem como objetivo desenvolver um espaço de cidadania onde a experiência de trabalho possa ser vivenciada de diversas formas possibilitando que os alunos desenvolvam suas habilidades e criem interesse na profissionalização possibilitando um crescimento intelectual que resulte na independência e autonomia de cada um. O NTE desenvolveu 4 áreas de atuação nas quais oferece cursos no turno oposto ao das aulas: papel artesanal, jardinagem, cerâmica e informática. A partir dessas áreas, o NTE possibilita que os alunos desenvolvam diversas competências que contribuem para a capacitação profissional, estimulando a inserção de cada um no mercado de trabalho.

Além disso, o núcleo executa a chamada "pedagogia do acompanhamento/gestão da vida" na qual busca que os estudantes a partir de uma reflexão de suas vidas tracem metas e projetos de vida estabelecendo seus sonhos e desejos pessoais, além de incentivar a organização financeira dos recursos que recebem com os produtos/trabalho desenvolvido na escola. O objetivo é ajudar na construção da autonomia social de cada um dos alunos, independente de suas histórias de vida.

Para o desenvolvimento desse trabalho são realizadas reuniões semanais entre os estudantes e os funcionários responsáveis da escola, a chamada "Terapia Comunitária". Na terapia, as histórias de vida são compartilhadas e, assim, todos juntos podem participar do crescimento pessoal e social de cada um. As trocas são fundamentais para que haja uma interação entre os alunos e para que todos se sintam pertencentes a aquele lugar, assim como responsáveis pela busca da superação pessoal.

Percebendo a necessidade da área, assim como de seus alunos, no ano de 2009 a EPA começou a oferecer a Educação a Jovens e Adultos (EJA), e por isso passou a atender exclusivamente jovens a partir dos 15 anos de idade e adultos no Ensino Fundamental. Atualmente, a escola tem aproximadamente 100 alunos, com idades entre 15 e 60 anos. O seu espaço físico conta com três salas de aula, quadra coberta e biblioteca, além de vestiários e áreas de lavanderia.

A partir de todos os dados levantados a respeito desse trabalho diferenciado realizado pela EPA evidenciou-se que a junção entre ela e a república para jovens egressos do acolhimento institucional, que tem como preceito um pensamento muito similar ao que é utilizado na escola, principalmente no que diz respeito à construção de um plano de vida, seria muito assertiva.



A EPA encontra-se na rua Washington Luiz 203 no bairro Centro Histórico da cidade de Porto Alegre. Optou-se por utilizar o mesmo terreno no qual a escola está inserida para a realização do Complexo Futuro, visto o fator de pertencimento e de territorialidade dos alunos que já frequentam a escola poder afetar a sua educação, caso esta fosse realocada. A área de interesse está localizada entre regiões com dois usos muito importantes e distintos do bairro: uma delas configura-se em um tecido urbano mais densificado de uso residencial, enquanto a outra é composta pelo centro administrativo da capital no qual estão dispostos diversos órgãos e instituições municipais, estaduais e federais e, por isso, sua ocupação territorial bem como a disposição das edificações, contrastam com a primeira.

No que diz respeito à mobilidade, o terreno em questão facilitaria o deslocamento dos usuários para qualquer outro ponto da capital, visto estar localizado entre a Washington Luiz e a Av. Loureiro

da Silva (primeira perimetral) que faz a ligação da zona central às demais. Além disso, a proximidade ao centro comercial da cidade facilitaria a inserção no mercado de trabalho, diminuindo o tempo gasto pelos jovens em deslocamentos diários entre o acolhimento e seus empregos.

Nos terrenos limitrofes ao da EPA estão: o terreno que abrigava a antiga Usina de Gás da cidade que abriga atualmente a fábrica do DEP (Departamento de Esgotos Pluviais) e do outro lado, equipamentos do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos). O terreno da antiga Usina de Gás foi cedido à prefeitura por volta dos anos 80 e parte das edificações foram tombadas pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) em 1983. Outra característica importante do terreno é a existência da estrutura do aeromóvel construída em 1983 como projeto experimental do novo meio de transporte, que por falta de investimentos ficou sem expansão até a atualidade.

TEMA

13 objetivos da proposta

Assim sendo, o objetivo do trabalho será realizar o projeto de um complexo de apoio a jovens de 18 a 21 anos egressos do acolhimento institucional que auxiliará na transição da vida infantil à vida adulta. O complexo contará com dois serviços: a república que será o acolhimento desses jovens, o qual contará com um acompanhamento psicológico e pedagógico que auxilie na construção de um plano de vida e que possa fazer o acompanhamento das diferentes trajetórias de vida de forma diferencial, auxiliando no crescimento pessoal dos jovens com o objetivo de chegar à independência social; o segundo será a Escola Porto Alegre.

A nova sede da EPA pertencerá ao complexo auxiliando nas questões escolares e profissionais dos jovens acolhidos, incentivando a conclusão dos estudos do ensino básico e também o ingresso no mercado de trabalho. A escola continuará atendendo jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, por isso os alunos não serão exclusivamente os acolhidos pela república, isto é, serão serviços aditivos e não excludentes.

Além disso, com o projeto do complexo espera-se contribuir com a qualificação da área urbana na qual será inserido. As proximidades do terreno escolhido ainda configuram uma ruptura entre o grão urbano da área residencial e o da área administrativa do Centro Histórico. O objetivo será aliar o programa escolhido à reabilitação do espaço fortalecendo as ligações funcionais com os demais usos, além de reestabelecer os fluxos com o resto da cidade, principalmente com seu entorno imediato. A intenção será valer-se da proximidade com a orla do Guaíba revitalizada, assim como com o Gasômetro, para integrar a área de interesse às atividades culturais que estão se desenvolvendo atualmente na região.

"Proteger os usuários, preservando suas condições de autonomia e independência,

Preparar os usuários para o alcance do próprio sustento,

Promover o restabelecimento de vínculos comunitários, familiares e/ou sociais,

Promover o acesso à rede de políticas públicas."

Objetivos de uma república segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania



Fig 01 - Pintura "Órtãos" de Thomas Kennington, de 1885. fonte: <https://pt.wahooart.com/>

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

21 definição dos níveis e padrões de desenvolvimento pretendidos

O trabalho será desenvolvido com dois objetivos: o primeiro é relacionar o complexo ao seu entorno, levando em consideração a estrutura do antigo aeromóvel e indicando soluções para essa coexistência de usos; já o segundo é desenvolver o projeto do complexo que será entregue em nível de definição de anteprojeto arquitetônico. Os instrumentos utilizados para apresentar o trabalho serão:

// diagramas conceituais;
// planta de localização;
// implantação;
// plantas baixas;
// planta de cobertura;
// cortes;
// elevações;
// cortes setoriais;
// detalhamentos construtivos;
// perspectivas externas e internas.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

22 metodologia e instrumentos de trabalho

A metodologia de trabalho para a realização do projeto em questão será composta por três etapas:

a. Pesquisa: a primeira etapa corresponde à pesquisa do tema, o que evidenciará as necessidades do público alvo, bem como entendimento da problemática a ser solucionada e seus impactos na sociedade. Haverá também a justificativa do local de inserção escolhido, evidenciando a relação do sítio ao seu contexto assim como ao resto da cidade. Por fim será proposto um programa de necessidades com base nas análises feitas, esboço dos fluxos e relação das atividades propostas. As justificativas estarão embasadas por documentos, notícias, publicações, livros, entrevistas, visitas e levantamentos registrados através de anotações e fotografias.

b. Entrega Intermediária: a segunda etapa corresponde a um nível de definição de estudo preliminar que utilizará como estruturação a primeira etapa do trabalho. Nessa fase pretende-se mostrar as relações dos volumes propostos com o seu entorno, bem como suas conexões, soluções funcionais (zoneamentos e fluxos), formais e construtivas.

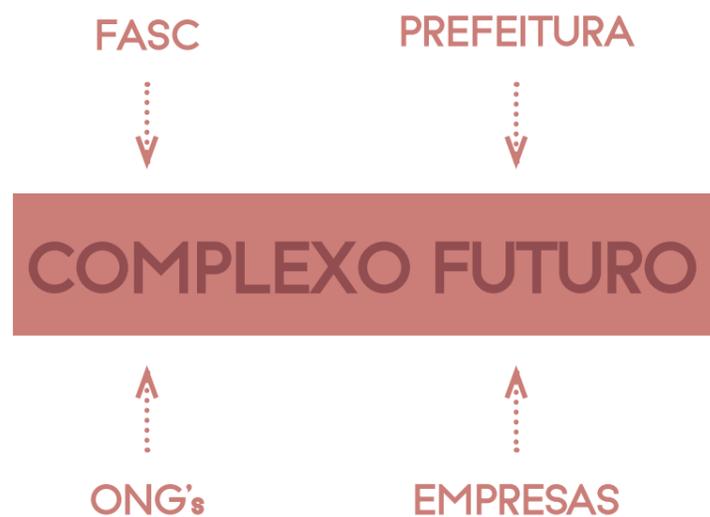
c. Entrega Final: a última etapa corresponde a definição final do trabalho em nível de anteprojeto arquitetônico. Serão apresentados todos os elementos que compõem o projeto do complexo através da documentação das intenções projetuais, além de detalhamentos que forem necessários para exemplificar os métodos construtivos escolhidos. Pretende-se resolver também o tratamento dos espaços abertos enfatizando a relação do complexo com seu entorno.

DEFINIÇÕES GERAIS

31 agentes de intervenção e seus objetivos

Visto o Plano Municipal de Assistência Social indicar a pretensão do município em implantar uma república para adultos jovens e a EPA ser uma escola municipal, o principal agente envolvido seria a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) é o órgão responsável pela assistência social do município de Porto Alegre e tem como

atribuições ofertar serviços, programas e benefícios com o objetivo de promover a inclusão de cidadãos que estejam em situações de vulnerabilidade social. Conseqüentemente, a FASC seria encarregada de coordenar o serviço de acolhimento podendo ser a única responsável ou também podendo oferecer uma parceria com alguma associação interessada ou, até mesmo, entidades não governamentais.



Como o terreno da EPA foi cedido à prefeitura pela CEEE, para a realização do projeto ele teria que ser permutado ou doado à prefeitura. Parte do terreno que abriga o DEP também será utilizado no projeto para poder abrigar todas as atividades propostas e revitalizar a área trazendo mais atividades para a região. Por esse motivo, as atividades do DEP teriam que ser deslocadas para um local menos valorizado.

o que não traria nenhum prejuízo à fábrica do DEP e ajudaria na inserção da área ao tecido urbano atualmente fragmentado.

A iniciativa privada também poderia estar envolvida configurando uma parceria público-privada através de doações para conseguir isenções fiscais do governo, o que além de incentivar a educação, impulsionaria o desenvolvimento cultural da região.

DEFINIÇÕES GERAIS

32 caracterização da população alvo

A população alvo a qual se destinaria o projeto seria jovens de 18 a 21 anos egressos dos serviços de acolhimento institucional a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos da cidade de Porto Alegre. Terão preferência os egressos de abrigos da região próximos ao sítio escolhido para a implantação da nova república, o que não impedirá o atendimento a jovens de abrigos mais distantes, caso haja vagas disponíveis.

No que diz respeito ao público alvo da Escola Porto Alegre continuará sendo jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, não só os acolhidos pela república, mas também a população local. Estima-se o atendimento de 250 jovens no serviço de acolhimento e 400 jovens e adultos na Escola Porto Alegre. Abaixo encontram-se alguns dos abrigos infantis na cidade:



Terreno Complexo

Serviços acolhimento infantil

DEFINIÇÕES GERAIS

33 aspectos temporais e aspectos econômicos

No que se refere ao desenvolvimento temporal das atividades que envolveriam a realização do projeto e sua execução este seria dividido em etapas de planejamento, desenvolvimento e execução. Não serão estipulados prazos, pois as etapas poderiam sofrer alterações por diversos fatores, ampliando ou diminuindo conforme necessário.

As primeiras fases seriam de trâmites que envolvem o terreno e a captação dos recursos, como por exemplo a decisão da permuta entre CEEE e a prefeitura e definição dos recursos necessários para a execução. No que se refere ao desenvolvimento do projeto, primeiramente seriam realizados levantamentos topográficos do terreno. Posteriormente ocorreriam as fases de projeto: estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo contendo todos os detalhamentos necessários, bem como o desenvolvimento dos projetos complementares. As últimas fases corresponderiam à execução do projeto, isto é, seriam as fases da obra. Seguindo o cronograma da maior parte dos novos empreendimentos a sequência seria: implantação do canteiro, movimentações de terra, fundações, estrutura, vedações verticais, sistemas complementares, acabamentos e paisagismo.

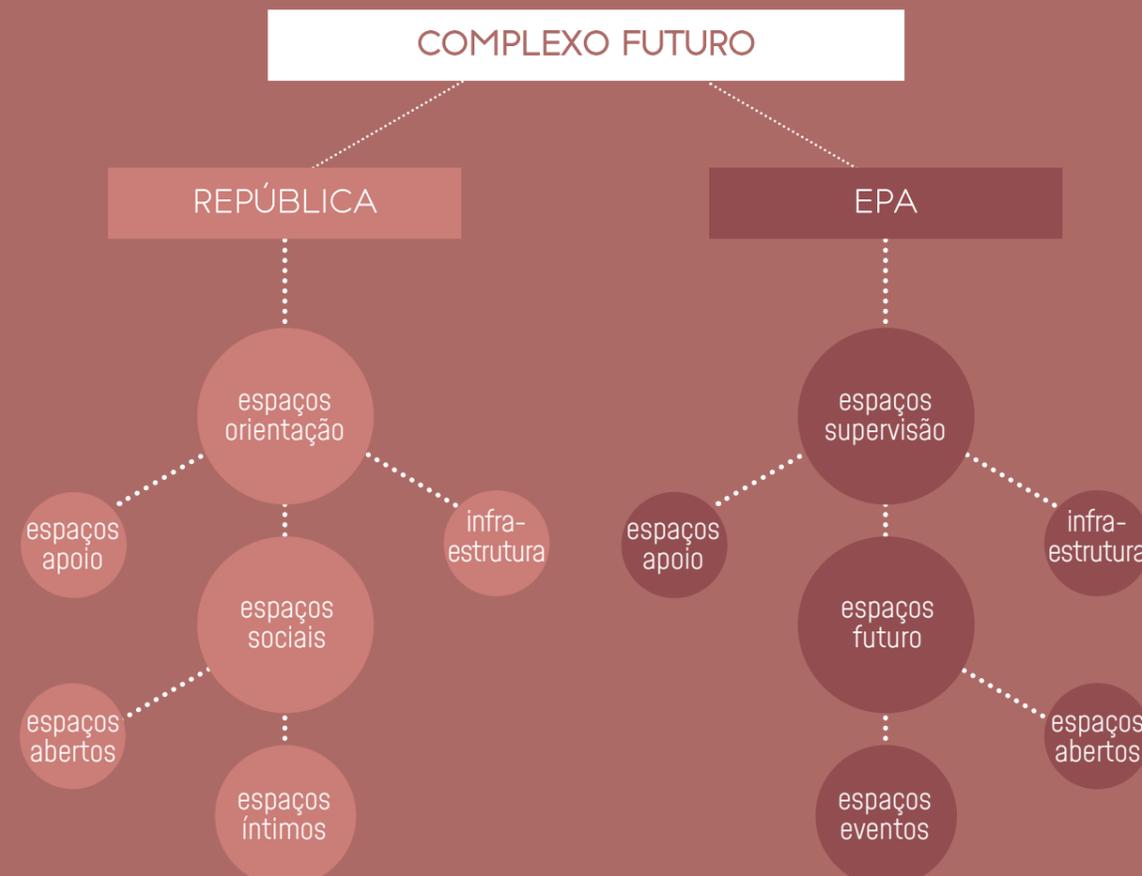


	R\$/m ²	A(m ²)	R\$
República	1.077,58	4.287,5	4.620.125
EPA	2.106,20	3.862,5	8.135.198
total		8.150	12.755.323

Para a estimativa orçamentária do projeto será utilizado o CUB (Custo Unitário Básico) do mês de Março/2020 que é fornecido pelo SINDUSCON/RS. Visto não haver um CUB específico para os usos propostos no projeto, foi utilizada a categoria PIS (Projeto de Interesse Social) para o cálculo do custo da república e a categoria CAL-8 (Comercial Andar Livres, de alto padrão) para o cálculo da Escola Porto Alegre. A descrição dos valores encontra-se na tabela ao lado.

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.1 descrição das atividades



O Complexo Futuro se divide em duas funções diferentes: o **acolhimento** que será representado pela República; e a **capacitação** que será representado pela EPA. As atividades desses usos foram divididas em seis setores diferentes para cada um, alguns dos setores se repetem nos dois. Além disso, os setores foram classificados por ordem de relevância em relação às atividades que abrigam, o que está evidenciado pelo tamanho de suas formas no esquema acima. Tanto a República, quanto a EPA

apresentam dois setores mais expressivos, um mediano e três setores considerados de apoio.

Na República os setores mais importantes são os que abrigam as atividades de orientação da equipe de apoio e as atividades de interação social entre os acolhidos. Já na EPA, as atividades mais relevantes são as de coordenação dos alunos e as educacionais. Os setores medianos são: as áreas dos dormitórios, na República e os espaços de eventos, na EPA.

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.2 programa de necessidades

REPÚBLICA

EPA

setor	unidade espacial	atividades	equipamentos	pop. fixa	pop. variável	qtd.	área	área total
ESPAÇOS SOCIAIS	sala de estudo	área de estudo coletivo	mesas, cadeiras, prateleiras, bancos, impressora, computadores	-	05	04	20m ²	80m ²
	biblioteca	acervo da república para consulta dos acolhidos	mesas, cadeiras, prateleiras	-	40	01	75m ²	75m ²
	salão eventos	espaço multiuso	cadeiras, bancos, lounge, sofás, quadro branco	-	100	01	150m ²	150m ²
	sala de tv	sala de lazer e estar	sofás, televisão, mesas, poltronas	-	40	01	75m ²	75m ²
	sala de jogos	jogos coletivos para socialização	mesas, cadeiras, jogos	-	30	01	50m ²	50m ²
	academia	exercício físico	esteiras, bicicletas, colchonetes e pesos	-	15	01	30m ²	30m ²
	cozinha comunitária	cozinha de uso coletivo	armários, fogão, geladeira, bancada com pia	-	30	01	50m ²	50m ²
	lavanderia comunitária	lavanderia de uso coletivo	máquinas de lavar e secar, varais	-	30	01	30m ²	30m ²
	sanitários	sanitários área comum	bacias sanitárias e lavatórios	-	10	02	25m ²	50m ²
	ESPAÇOS ÍNTIMOS	dormitórios femininos	dormitórios para 4 pessoas	camas, armários, bancadas	04	-	36	25m ²
sanitários femininos		sanitários coletivos	bacias sanitárias e lavatórios	-	08	04	25m ²	100m ²
vestiários femininos		vestiários coletivos	chuveiros, guarda volumes, bancos	-	04	04	20m ²	80m ²
dormitórios masculinos		dormitórios para 4 pessoas	camas, armários, bancadas	04	-	36	25m ²	900m ²
sanitários masculinos		sanitários coletivos	bacias sanitárias e lavatórios	-	08	04	25m ²	100m ²
vestiários masculinos		vestiários coletivos	chuveiros, guarda volumes, bancos	-	04	04	20m ²	80m ²
ÁREAS ABERTAS	pátios de convívio	espaços contemplativos	bancos, vegetação	-	-	01	350m ²	350m ²
	horta/jardim	horta e jardim de uso coletivo	vegetação e apoio jardinagem	-	-	01	50m ²	50m ²
	bicicletário	50 vagas	bicicletário	-	-	01	30m ²	30m ²
ESPAÇOS DE ORIENTAÇÃO	recepção	atendimento aos usuários	balcão, cadeiras, armários, bancos	01	-	01	40m ²	40m ²
	sala de coordenação	coordenadores responsáveis pela organização do acolhimento	mesas, cadeiras, armários, sofá	12	05	01	30m ²	30m ²
	sala da administração	auxiliares administrativos	mesas, cadeiras, armários	02	02	01	15m ²	15m ²
	arquivo	armazenamento documentos e relatórios	prateleiras, caixas e armários	-	-	01	10m ²	10m ²
	sala de acompanhamento social	assistentes sociais e educadores	mesas, cadeiras, armários, sofá	12	24	01	50m ²	50m ²
	sala de acompanhamento psicológico	terapia e aconselhamento com o psicólogo social	mesas, cadeiras, armários, poltronas	03	03	04	15m ²	60m ²
	sala de planejamento futuro	plano de estratégias para o futuro com os pedagogos	mesas, cadeiras, armários, poltronas	03	03	01	25m ²	25m ²
	sala futuro	oficinas, workshops e palestras	mesas, cadeiras, armários, bancos, quadros brancos	-	100	03	50m ²	150m ²
	sala de reuniões	reuniões entre a equipe de apoio	mesa de reunião, cadeiras, estantes	-	25	01	30m ²	30m ²
ESPAÇOS DE APOIO	sala dos funcionários	estar dos funcionários	sofás, mesas, bancos, estantes	-	20	01	25m ²	25m ²
	sanitários funcionários	sanitários coletivos	bacias sanitárias, lavatórios	-	10	01	15m ²	15m ²
	copa	copa funcionários	bancada, lavatório, frigobar, microondas	-	05	01	10m ²	10m ²
	depósito materiais	armazenamento de doações, materiais de limpeza etc	prateleiras, caixas e armários	-	-	01	15m ²	15m ²
	despensa alimentos	armazenamento de alimentos não perecíveis	prateleiras e armários	-	-	01	15m ²	15m ²
INFRA-ESTRUTURA	depósito de lixo	locais apropriados de acordo com coleta seletiva	lixeiras coleta seletiva	-	-	01	10m ²	10m ²
	sala medidores de elétrica	sala para medidores elétrica da república	medidores	-	-	01	5m ²	5m ²
INFRAESTRUTURA	área para central gás	área destinada aos botijões de gás e controle gás encanado	botijões de gás e encanamento	-	-	01	15m ²	15m ²
	área reservatórios	reservatórios inferiores e superiores + cisternas	reservatórios de água incêndio + uso e cisterna armazenagem água chuva	-	-	01	50m ²	50m ²
	área infraestrutura elétrica	salas para transformador e gerador	transformador, gerador	-	-	01	30m ²	30m ²

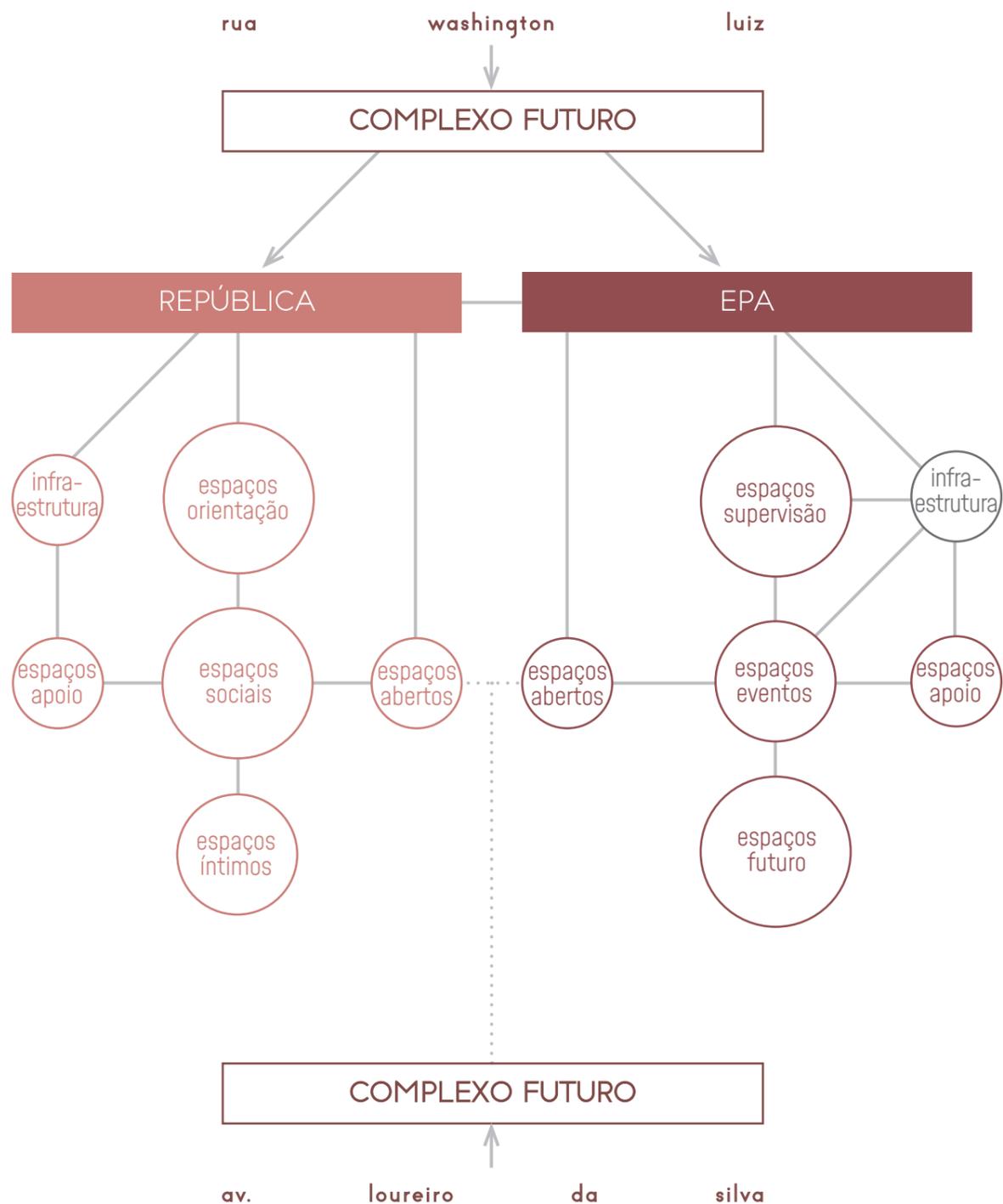
TOTAL = 3.430m² interno + 25% circulação = 4.287,5m² interno
430m² externo

setor	unidade espacial	atividades	equipamentos	pop.	pop. variável	qtd.	área	área total
ESPAÇOS SUPERVISÃO	sala da coordenação pedagógica	sala de lazer e estar	mesas, cadeiras, armários	01	04	01	15m ²	15m ²
	sala SAIA	serviço de acolhimento, integração e acompanhamento	mesas, cadeiras, armários	02	03	01	20m ²	20m ²
	sala da direção	diretor da escola	mesas, cadeiras, armários	02	03	01	30m ²	30m ²
	sala de professores	estar dos professores	sofás, mesas, bancos, estantes	-	20	01	30m ²	30m ²
	sala de reuniões	reuniões entre a equipe de apoio e professores	mesa de reunião, cadeiras, estantes	-	30	01	50m ²	50m ²
	ESPAÇOS APOIO	recepção	atendimento aos usuários	balcão, cadeiras, armários, bancos	01	-	01	50m ²
secretaria		atendimento dos alunos e procedimentos da escola	mesas, cadeiras, armários	02	05	01	30m ²	30m ²
arquivo		armazenamento documentos e relatórios	prateleiras, caixas e armários	-	-	01	20m ²	20m ²
sala dos funcionários		estar dos funcionários	sofás, mesas, bancos, estantes	-	15	01	25m ²	25m ²
copa		copa funcionários	bancada, lavatório, frigobar, microondas	-	10	01	20m ²	20m ²
sanitários funcionários		sanitários coletivos	bacias sanitárias e lavatórios	-	02	02	15m ²	30m ²
vestiários funcionários		vestiários coletivos	chuveiros, guarda volumes, bancos	-	04	01	15m ²	15m ²
depósito limpeza		armazenamento materiais de limpeza	armários e prateleiras	-	-	01	10m ²	10m ²
depósito materiais		armazenamento artigos escola	armários e prateleiras	-	-	01	20m ²	20m ²
lavanderia de apoio		lavanderia destinada ao SAIA	máquinas de lavar e secar e tanques	-	-	01	20m ²	20m ²
despensa alimentos		armazenamento de alimentos não perecíveis	armários, prateleiras e refrigeradores	-	-	01	20m ²	20m ²
refeitório		local de refeições alunos	mesas e cadeiras	02	50	01	100m ²	100m ²
cozinha		preparo das refeições	armários, fogão, geladeira, bancada com pia	05	10	01	50m ²	50m ²
ESPAÇOS FUTURO		sala informática	curso de informática	computadores, bancadas, cadeiras	-	45	02	100m ²
	sala profissionalizante	cursos profissionalizantes, flexíveis podem virar uma única sala	mesas, cadeiras, quadro branco	-	50	03	90m ²	270m ²
	sala cerâmica	curso de cerâmica	mesas, cadeiras, armários, bancada com pia	-	20	02	50m ²	100m ²
	sala papel artesanal	curso papel artesanal	mesas, cadeiras, armários, bancada com pia	-	20	02	50m ²	100m ²
	sala apoio jardinagem	curso de jardinagem	mesas, cadeiras, armários, bancada com pia	-	20	02	50m ²	100m ²
	sala de aula	salas de aula EJA	mesas, cadeiras, armários, quadros brancos	-	25	08	50m ²	400m ²
	sanitários fem. alunos	sanitários femininos dos alunos	bacias sanitárias e lavatórios	-	05	03	20m ²	60m ²
	sanitários masc. alunos	sanitários masculinos dos alunos	bacias sanitárias e lavatórios	-	05	03	20m ²	60m ²
	vestiários alunos	um vestiário feminino e um masculino	chuveiros, guarda volumes, bancos	-	10	02	25m ²	50m ²
	biblioteca	biblioteca para a escola	mesas, cadeiras, prateleiras	-	50	01	400m ²	400m ²
ESPAÇOS ABERTOS/ESPAÇOS EVENTOS	foyer	recepção da área pública	bancos, poltronas, lounge	-	-	01	80m ²	80m ²
	pátio multiuso	exposições, atividades extracurriculares	bancos externos, iluminação, expositores	-	-	01	400m ²	400m ²
	auditório	auditório para eventos	poltronas, projetor, equipamentos audiovisuais	-	200	01	300m ²	300m ²
ESPAÇOS ABERTOS/ESPAÇOS EVENTOS	quadra poliesportiva	atividades de esporte	-	-	01	200m ²	200m ²	
	horta/área jardinagem	atividade jardinagem	vegetação e apoio jardinagem	-	-	01	50m ²	50m ²
	estacionamento	25 vagas para carros e 50 bicicletas	estacionamento com vagas	-	-	01	430m ²	430m ²
INFRA-ESTRUTURA	depósito de lixo	locais apropriados de acordo com coleta seletiva	lixeiras coleta seletiva	-	-	01	10m ²	10m ²
	sala medidores de elétrica	área para medidores elétrica da EPA	medidores	-	-	01	5m ²	5m ²

TOTAL = 3.090m² interno + 25% circulação = 3.862,5m² interno
680m² externo

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

43 diagrama de fluxos



15

LEVANTAMENTO DA ÁREA

51 potenciais e limitações da área

A área que será utilizada para o desenvolvimento do projeto do Complexo Futuro será, então, onde atualmente está localizada a EPA. O terreno está inserido no bairro Centro Histórico de Porto Alegre e está cercado por diversas vias importantes da cidade. O bairro passou por períodos difíceis nas últimas décadas do século XX, foi desvitalizado e, assim,

o número de habitantes e de comércios na região sofreu um decréscimo considerável. Por alguns anos o bairro foi desvalorizado, ainda que sua história, seus marcos e sua influência no funcionamento da cidade fossem tão importantes. Atualmente, o Centro Histórico tem recebido e abrigado diversos tipos de atividades que estão recuperando a região e reativando a sua dinâmica.



16



POTENCIAIS

A facilidade de acessos, visto as características das vias do entorno, é um dos grandes atrativos para a implementação do Complexo Futuro. Além disso, a proximidade à oferta dos mais variados tipos de serviços, uma das principais qualidades do bairro, também foi vital para a escolha, pois permitiria aos usuários do espaço uma grande facilidade no dia a dia e na estruturação de seus futuros.

LIMITAÇÕES

A área está completamente desvinculada do seu entorno, não há relações visuais e nem funcionais com os usos adjacentes. O formato do terreno dificulta a disposição das atividades em razão das suas curvas, em ambas frentes. Outro grande desafio é a estrutura do antigo aeromóvel que passa pela área, será vista como um estímulo para solucionar a interligação do Complexo à sua vizinhança.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

52 morfologia urbana e relações funcionais

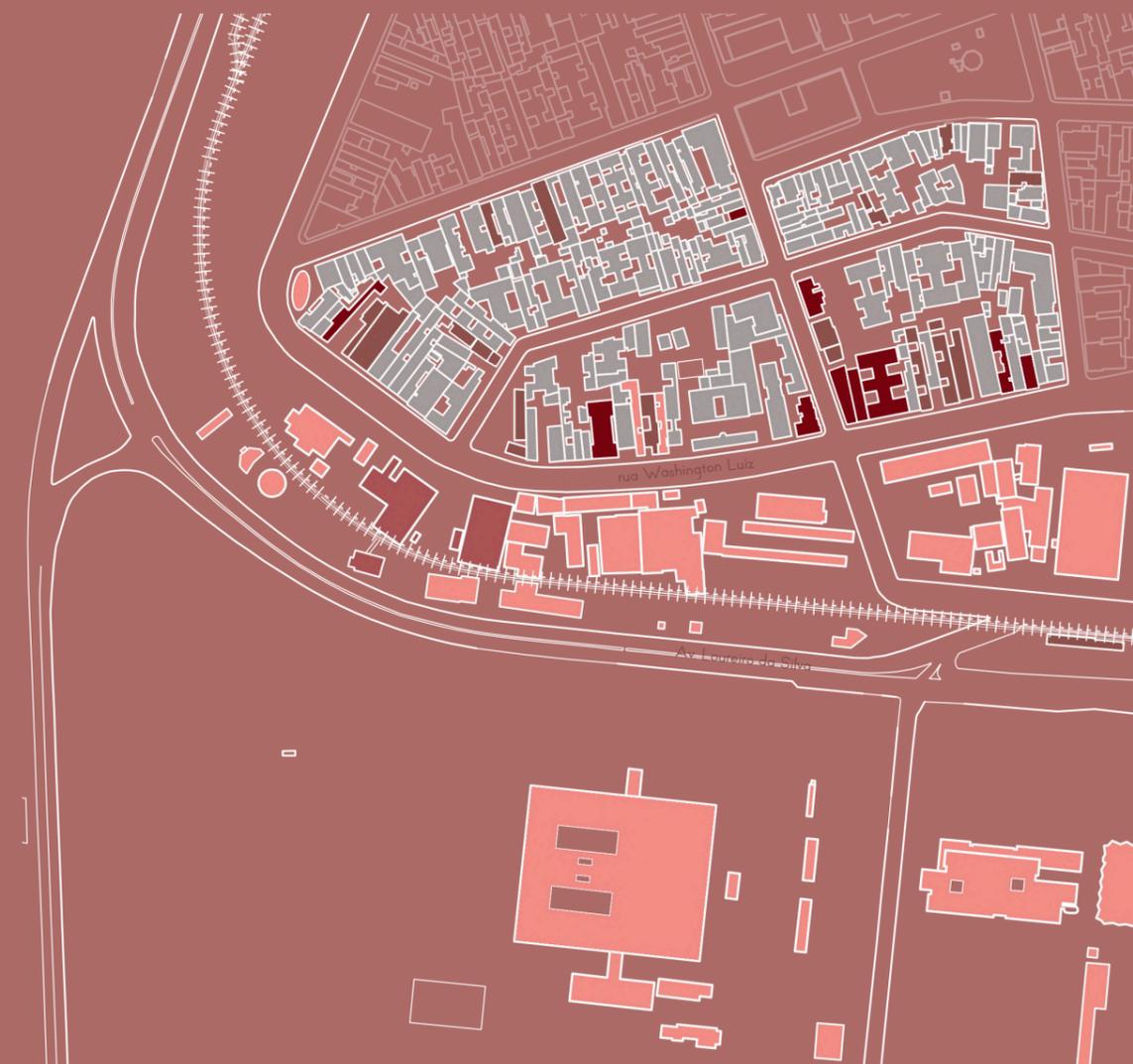


É possível observar que existem dois tipos bem claros e distintos de ocupação do espaço no entorno da área de intervenção. O primeiro é o localizado na porção mais antiga da cidade, que se configura como um tecido urbano mais densificado, isto é, com um maior número de edificações com lotes de grãos pequenos. A maior parte das quadras dessa área são grandes e bem aproveitadas, no que se refere à utilização do espaço. Já o segundo, se refere à parte mais

nova da cidade, onde as edificações são mais espraiadas e os lotes maiores em relação aos anteriormente citados. É claramente perceptível que os vazios são maiores em relação aos cheios (edificações) nessa ocupação mais recente e menos rígida do espaço. O local de inserção do complexo ficará exatamente nessa transição e em uma quadra de formato único que acompanha o desenho da curva das ruas limítrofes e por isso, terá o papel de fazer a ligação entre esses dois tecidos urbanos.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

53 uso do solo e atividades existentes



A partir das análises dos usos do entorno, fica claro que há uma relação direta entre a morfologia urbana, isto é, das edificações e seus posicionamentos em relação ao espaço, e suas funcionalidades. No tecido mais consolidado percebemos que a maior parte das edificações se destina à habitação. Em segundo lugar ficam as de uso comercial e as de uso misto, ou seja, térreos comerciais e pavimentos superiores residenciais. Por último

estão as destinadas aos usos educacional e institucional. Por outro lado, no tecido urbano mais recente, nenhuma das edificações destina-se ao uso residencial, elas são totalmente voltadas aos demais usos, sobressaindo o uso institucional. Nessa área encontram-se diversos órgãos públicos que configuram a região administrativa do município. Outro fator muito importante, é a proximidade da área a vários parques e áreas verdes, assim como à Orla do Guaíba.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

54 sistema de circulação veicular e peatonal

Em relação aos sistemas de transporte público, a área de intervenção encontra-se muito bem localizada, pois diversas linhas de ônibus e lotação passam por ela. Além disso, a proximidade à Av. Loureiro da Silva possibilita fácil deslocamento desta a demais regiões da cidade. Existem paradas de ônibus próximas às adjacências do terreno, o que permitiria fácil acesso ao Complexo. Na Av. Loureiro da Silva, assim como nas avenidas que se

conectam a ela, o fluxo de veículos é bastante intenso. Já nas ruas próximas à Rua Washington Luiz o fluxo é consideravelmente inferior.

No que se refere ao fluxo peatonal, atualmente nas grandes avenidas do entorno este é inferior quando comparado ao das ruas de menor porte, pois não há grandes atrativos nessas áreas, além de não haver muitas faixas de segurança dificultando o trânsito do pedestre.



LEVANTAMENTO DA ÁREA

55 características especiais de edificações, espaços abertos e vegetação

A área situa-se em uma zona onde o verde é muito presente, é possível notar que no entorno imediato do terreno ele é bem abundante, tanto em árvores isoladas quanto em massas vegetativas. Próximo à Câmara de Vereadores e da orla do Guaíba existem grandes "manchas" verdes, fator que não só ajuda na paisagem urbana, como também ameniza as questões de poluição urbana (do ar e sonora) e de geração de calor (ilhas de calor). Dentro do terreno escolhido

existem algumas vegetações de pequeno porte, duas de médio porte e uma de grande porte junto à Av. Loureiro da Silva. Nenhuma delas está presente no "Inventário das Árvores Imunes ao Corte de Porto Alegre" disponibilizado pela SMAM. A espécie de grande porte é uma *Ficus elastica*, a Falsa Seringueira, que pode ser retirada caso necessária, mas deve haver uma compensação que varia de acordo com a avaliação do estado da árvore feita pela SMAM.



LEVANTAMENTO DA ÁREA

55 características especiais de edificações, espaços abertos e vegetação

Uma característica muito especial e peculiar da área de intervenção escolhida é a presença da antiga estrutura do aeromóvel que tem parte de seu trecho dentro do terreno. Na época em que foi construído, década de 80 o aeromóvel era um projeto experimental para uma possível implementação de uma nova tecnologia como meio de transporte público. Essa tecnologia foi desenvolvida por Oskar Coester e consiste em um trem movido a ar que funciona a partir da propulsão pneumática, isto é, o trem se movimenta a partir da compressão do ar dentro das vigas de concreto que elevam a estrutura do chão. Existem diversas vantagens que esse tipo de transporte traz aos usuários e à sociedade, como a independência em relação ao trânsito urbano, tem velocidade constante, é muito econômico e sustentável. No entanto, por razões políticas e burocráticas, o repasse dos recursos para a continuação da execução da estrutura foi suspenso inviabilizando a finalização de sua implementação. Consequentemente, a estrutura está abandonada e só foi utilizada para testes, nunca sendo liberada à população como meio de transporte.

Em 2019 o trem foi retirado da via elevada formada pela estrutura de concreto que se estende da praça Júlio Mesquita (passando pelo terreno escolhido) até quase a esquina das Avenidas Loureiro da Silva com Augusto de Carvalho. Atualmente existem duas propostas diferentes para uso da estrutura abandonada, uma delas seria a criação de uma nova linha do aeromóvel aproveitando o trecho já existente, fazendo com que o percurso se estenda até o Estádio Beira-Rio pela orla. A segunda proposta é a utilização da estrutura como um parque suspenso que serviria como um acesso e ligação da orla a um possível uso de lazer que seria proposto na estação próxima à Câmara Municipal de Vereadores. Há ainda alguns que defendem a demolição da estrutura.



LEVANTAMENTO DA ÁREA

56 redes de infraestrutura: água, drenagem, esgoto, energia e iluminação

Por localizar-se em um dos bairros mais antigos e consolidados da cidade, a infraestrutura que abastece a área é bastante extensa. A população conta com redes de água potável, esgoto do tipo misto, energia elétrica, telefonia, microfibra e gás natural.

Em relação ao calçamento e à iluminação pública do entorno, estas não estão em boas condições e deverão ser melhoradas no desenvolvimento do projeto do Complexo.

Na Av. Loureiro da Silva não há calçamento, o que impossibilita a acessibilidade universal aos pedestres. As melhorias tanto em calçamento, quanto na iluminação pública do entorno tem como objetivo facilitar o fluxo peatonal que, atualmente, é extremamente influenciado pela falta de adequações destes, o que permitirá aos usuários do Complexo, assim como aos pedestres da região, uma experiência do local bem mais positiva do que a atual.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

57 aspectos qualitativos e quantitativos da população residente

De acordo com o CENSO IBGE de 2010 o bairro Centro-Histórico conta com 24.656 domicílios e 39.154 habitantes (28% da população total da capital). Desse total de habitantes, 54,9% (21.504) são mulheres e 45,1% (17.650) são homens. Em relação à faixa etária da população residente, 19,82% são idosos (a partir de 60 anos), 7,88% têm de 0 a 14 anos, 15,87% têm de 15 a 24 anos e 56,37% têm de 25 a 59 anos. Conseqüentemente podemos perceber que mais da metade dos habitantes está classificada como adultos, em segundo lugar estão os idosos e em terceiro a faixa etária que engloba adolescentes e adultos jovens. Já a densidade demográfica do bairro é de 16.119,5 hab/km² bem superior quando comparada com a do município de Porto Alegre que é de 2.837,52 hab/km². Comparativamente com os dados do CENSO IBGE de 2000, nota-se o aumento da população

residente do bairro em 585%, passou de 36.862 a 39.154 habitantes. Em relação à população usuária da República do Complexo foi divulgado pelo IBDFAM que em 2014 existiam 103 instituições de acolhimento na capital gaúcha, estas abrigavam 200 jovens adultos com mais de 18 anos. Além disso, há uma estimativa feita em 2019 pelo MPRS que a cada ano cerca de 70 jovens acolhidos na cidade atingem a maioria. Já em relação à população usuária da EPA, pode-se somar à justificativa do mantimento de sua localização, o relatório realizado em 2016 pelo IFCH/UFRGS através de contrato entre a FASC e a UFRGS a respeito da população adulta em situação de rua. Nele constatou-se que a região do orçamento participativo com maior concentração de moradores de rua (808%) era o Centro, só o bairro Centro Histórico conta com 39,7%.

LEVANTAMENTO DA ÁREA

58 estrutura, drenagem do solo e microclima

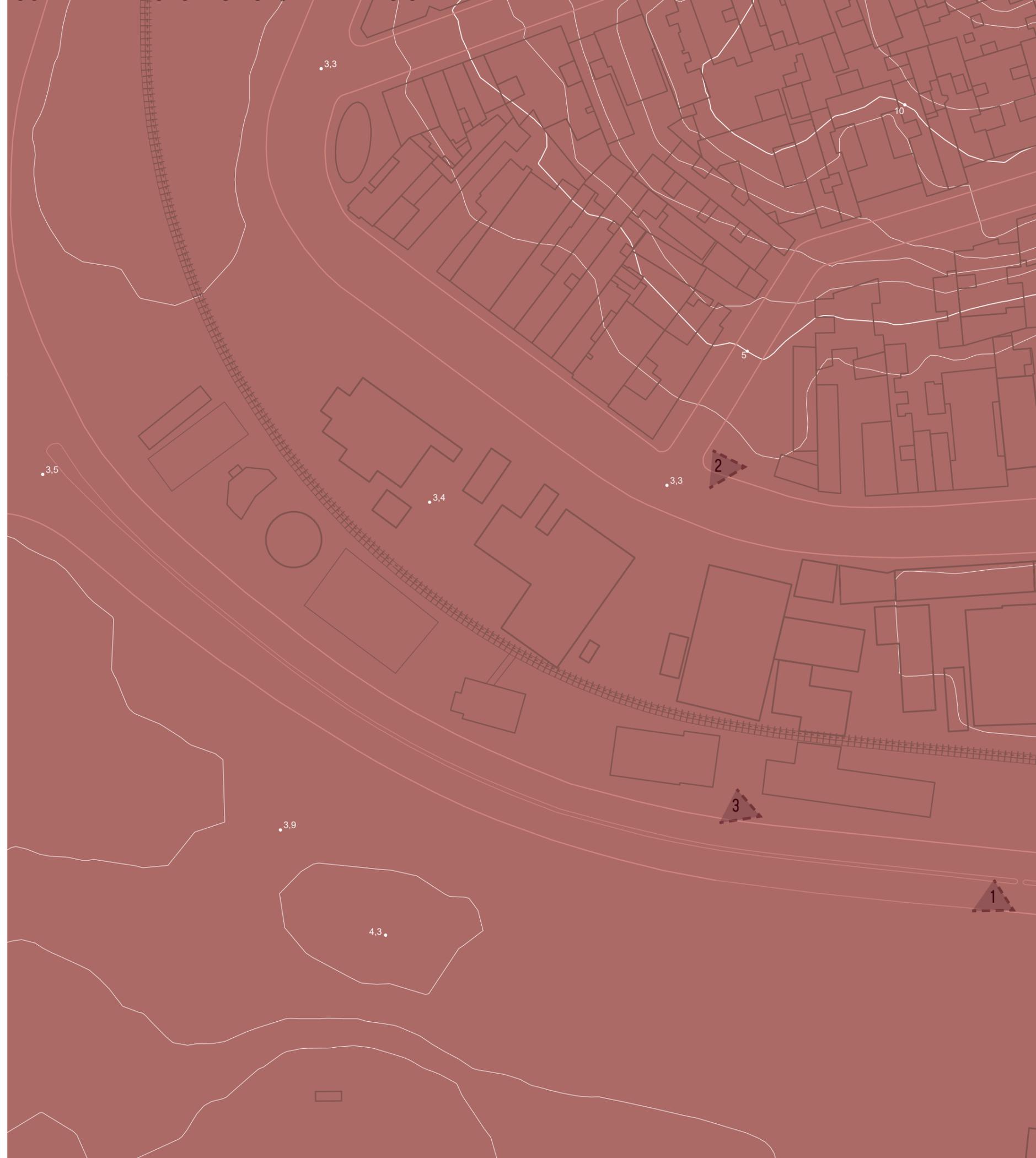
A área se situa próximo da divisa de diferentes tipos de solo, de um lado aterro e do outro "Associação de Planossolos Hidromórficos, Gleissolos Hápicos e Plintossolos Argilúvicos" conforme classificado pelo Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre (Hasenack, et al. 2008). Este último tipo de solo configura-se como sedimentar e mal drenado em áreas planas, que é o caso da área estudada. Já o escoamento superficial da área fica entorno de 85 a 90%.

Em relação ao microclima pode-se ressaltar a umidade e os ventos provenientes da proximidade com o lago Guaíba. Além disso a face nordeste recebe calor em razão da densificação do tecido urbano. A face sudoeste recebe poluição sonora da Av. Loureiro da Silva e uma taxa inferior de calor em razão da presença das massas vegetais do entorno. A insolação e iluminação são satisfatórias, visto as edificações das imediações serem de média a baixa estatura.



LEVANTAMENTO DA ÁREA

59 levantamento fotográfico e planialtimétrico



LEVANTAMENTO DA ÁREA

59 levantamento fotográfico e planialtimétrico



Entrada da EPA pela Rua Washington Luiz.



Área terreno DEP a ser utilizada vista pela Rua Washington Luiz.



Quadra coberta EPA vista pela Rua Washington Luiz.



Área terreno DEP que será incorporada ao terreno da EPA.



Quadra coberta EPA.



Área terreno DEP a ser utilizada vista pela Av Loureiro da Silva.

CONDICIONANTES LEGAIS

61 código de edificações

Em relação ao Código de Edificações de Porto Alegre (Lei Complementar Nº 284) este será consultado ao longo do processo projetual. O Código se aplica a todos os tipos de edificações e deve ser consultado, pois estabelece regras a serem obedecidas garantindo níveis mínimos de qualidade quanto à habitabilidade, durabilidade e segurança das edificações. De acordo com a tabela de classificação das atividades por ocupação

presente no Código, os dois usos propostos no Complexo Futuro encontram-se nas categorias:

- a. República: Ocupação grupo A, que agrupa os usos Residenciais, dentro deste ela se encontra na divisão A-3 de Habitações Coletivas;
- b. EPA: Ocupação grupo E, que agrupa os usos de Serviços de Educação e Cultura Física, dentro deste ela se encontra na divisão E-4 de Centros de Treinamento Profissional.

CONDICIONANTES LEGAIS

62 plano diretor municipal

A área escolhida para o projeto do Complexo Futuro abrange o terreno onde hoje encontra-se a EPA e parte do terreno destinado ao DEP e tem suas frentes para a rua Washington Luiz e para a Av. Loureiro da Silva.

Pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da cidade de Porto Alegre (PDDUA) esta região localiza-se na Macrozona (MZ) 01 Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 26, Quarteirão (QTR) 219 e Subunidade (SUBUEU) 4.

Quanto ao *Regime Urbanístico*:

a. Densidade Bruta: 15

Área de ocupação intensiva - zona predominantemente Residencial, Mistos I a II predominantemente Produtiva. - total de 455 hab/ha, 130 econ/ha.

b. Regime de Atividades: I55

Área de interesse cultural - Mista 02. Áreas de interesse cultural devem ter tratamento diferenciado para que sejam preservados valores culturais. Mista 02 são zonas de maior diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais.

c. Aproveitamento: I5

Índice de aproveitamento: 19. Índice de aproveitamento máximo: 30. Solo Criado Adensável: sim. Transferência de Potencial Construtivo: sim.

d. Regime Volumétrico: 8

Altura máxima: 18m;

Altura divisa: 18m;

Altura base: 4 e 9m;

Taxa de ocupação: 75% a 90%;

Isento de recuo de jardim.

CONDICIONANTES LEGAIS

63 normas de proteção contra incêndio

Para cumprimento das normas quanto à proteção contra incêndio será utilizado o Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre (Lei Complementar Nº 420). Este tem diversas considerações e exigências a fim de prevenir a ocorrência de um incêndio e de garantir a segurança dos usuários do local. O código se aplica a todos os tipos de edificações sejam elas novas ou antigas e estejam em processo de adaptação.

De acordo com a Tabela 01 presente na Seção I, Art. II da Lei Complementar Nº 420 que classifica os tipos de edificações quanto à sua ocupação, os graus de risco dos usos presentes no Complexo Futuro são:

- a. para a República que se classifica na divisão A-3, o grau de risco é 1;
- b. para a EPA que se classifica na divisão E-4, o grau de risco é 5.

CONDICIONANTES LEGAIS

64 normas de acessibilidade universal e documentos específicos

Os equipamentos propostos no projeto, assim como as áreas abertas deverão atender os padrões de acessibilidade impostos pela NBR 9050 que é a norma brasileira que diz respeito à "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos". O projeto seguirá as diretrizes da norma quanto a questões de dimensionamento e também a elementos que se tornem necessários de forma a possibilitar a acessibilidade a todos os usuários. De acordo com o especificado na NBR 9050 todos os tipos de espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos novos ou em processo de reforma devem atender às suas disposições. No entanto ao longo dos capítulos presentes nela, há a especificação de alguns dos usos que serão projetados nesse trabalho, como os capítulos referentes a "Escolas" e a "Locais de Hospedagem", por exemplo, que serão estudados de forma mais direcionada.

Além das normas e leis dispostas, ainda serão utilizados documentos referentes a parâmetros básicos ou de referência para a projeção dos espaços de escola e de serviços de acolhimento em repúblicas a fim de nortear a ambientação desses espaços e atingir um nível de projeto satisfatório a esses dois usos.

Para a república serão utilizados os documentos como: "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes." Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. "Serviço de Acolhimento em República." Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2015. Para a elaboração da EPA serão utilizadas os parâmetros de infraestrutura básica que o Ministério da Educação (MEC) estabelece para as escolas profissionalizantes.

INFORMAÇÕES FINAIS

71 bibliografia

Porto Alegre (Município). Lei Complementar nº 434, de 01 de dezembro de 1999. PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Prefeitura. 1999.

Porto Alegre (Município). Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992. Código de Obras de Porto Alegre. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Prefeitura. 1992.

Porto Alegre (Município). Lei Complementar nº 420, de 1998. Código de Proteção Contra Incêndio de Porto Alegre. Porto Alegre. 1998.

Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS). Resolução Técnica nº 11 de 19 de setembro de 2016. Saídas de Emergência. Rio Grande do Sul. CBMRS. 2016.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2015.

Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília. 1990.

Lei Federal nº 12852, de 05 de agosto de 2013. Estatuto de Juventude. Brasília. 2013.

Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2018. Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes.

Projeto de Lei nº 2528, de 2020. Senador Paulo Paim PT/RS.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas para serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. 2008. Brasília.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Orientações para elaboração do plano de acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) & Fundação de Assistência Social (FASC). Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre 2018-2021. 2018. Porto Alegre.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 2009. Brasília.

"Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Serviço de Acolhimento em República." 2015. Porto Alegre.

BALMANT. Ocimara. Aos 18 jovens, em abrigos perdem lar. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,aos-18-anos-jovens-em-abrigos-perdem-lar-imp-745943>>. Acesso em: janeiro. 2020.

ASSUNÇÃO. Sheila; POZZEBOM. Elina Rodrigues. Jovens não adotados vivem drama quando fazem 18 anos e precisam deixar abrigos. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/22/jovens-nao-adotados-vivem-drama-quando-fazem-18-anos-e-precisam-deixar-abrigos>>. Acesso em: maio. 2020.

COMUNELLO. Patrícia. Aeromóvel é retirado da orla do Guaíba em Porto Alegre. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2019/10/705627-aeromovel-comeca-a-ser-retirado-da-orla-do-guaiba-em-porto-alegre.html>. Acesso em: fevereiro. 2020.

COMUNELLO. Patrícia. Projetos apontam novos usos da estrutura do antigo aeromóvel em Porto Alegre. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2019/10/705676-projetos-apontam-novos-usos-da-estrutura-do-antigo-aeromovel-em-porto-alegre.html>. Acesso em: fevereiro. 2020.

SKB. Flavia. MP firma acordos para preparação e inclusão profissional de acolhidos em Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/49329/>>. Acesso em: março. 2020.

SKB. Flavia. "Não aguento mais ver jovens que deixam o acolhimento virarem moradores de rua ou presidiários." Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/48739/>>. Acesso em: março. 2020.

ROSSETTO. Luciana. República é alternativa para jovem que faz 18 anos sem conseguir adoção. Disponível em: <<http://globo.com/brasil/noticia/2010/05/republica-e-alternativa-para-jovem-que-faz-18-anos-sem-conseguir-adoacao.html>>. Acesso em: março. 2020.

ALVES. Ariel de Castro. Do jeito que está, Brasil pode ter geração de órfãos da pandemia. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/do-jeito-que-esta-brasil-pode-ter-geracao-de-orfaos-da-pandemia/>>. Acesso em: maio. 2020.

<https://www.cnj.jus.br/>
<https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>
<https://cidades.ibge.gov.br/>
<https://google.com/maps>
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dm/>
<https://sinduscon-rs.com.br/>
<https://covid.saude.gov.br/>
<https://www.who.int/>
<https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/>
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/tasc/>
<https://pt.wahooart.com/>
<https://www25.senado.leg.br/>
<http://portal.mec.gov.br/>
<https://www.gov.br/pt-br>

INFORMAÇÕES FINAIS

72 histórico escolar



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Portal de Serviços

Histórico Escolar

CORAL BELLÓ LOPES
Cartão 241975

Vinculo em 2020/1
Curso: ARQUITETURA E URBANISMO
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

Ano	Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2020/1		VÍNCULO ACADÊMICO - ERE 2020/1	U	-	Matriculado	-
2019/2		CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2019/2		URBANISMO IV	B	A	Aprovado	7
2019/2		PROJETO ARQUITETÔNICO VII	C	A	Aprovado	10
2019/2		PRÁTICAS EM OBRAS II	H2	A	Aprovado	2
2019/1		PROJETO ARQUITETÔNICO VI	A	B	Aprovado	10
2019/1		LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2019/1		TÉCNICAS RETROSPECTIVAS	B	A	Aprovado	4
2019/1		PRÁTICAS EM OBRAS I	H1	A	Aprovado	2
2018/1		ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	A	Aprovado	4
2018/1		URBANISMO III	B	A	Aprovado	7
2018/1		PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	A	A	Aprovado	4
2018/1		ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO	A	A	Aprovado	4
2018/1		TEORIA DA ARQUITETURA II	B	A	Aprovado	2
2017/2		MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	A	A	Aprovado	4
2017/2		ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	A	Aprovado	4
2017/2		PROJETO ARQUITETÔNICO V	B	A	Aprovado	10
2017/1		ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	A	Aprovado	4
2017/1		TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	A	A	Aprovado	4
2017/1		URBANISMO II	A	A	Aprovado	7
2017/1		ACÚSTICA APLICADA	A	A	Aprovado	2
2016/2		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	A	Aprovado	4
2016/2		PROJETO ARQUITETÔNICO IV	D	A	Aprovado	10
2016/2		URBANISMO I	B	A	Aprovado	6
2016/2		GERENCIAMENTO DA DRENAGEM URBANA	U	A	Aprovado	4
2016/1		ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	A	Aprovado	4
2016/1		ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	A	Aprovado	4
2016/1		TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	A	Aprovado	4
2016/1		TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4
2016/1		HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	A	A	Aprovado	4
2015/2		EVOLUÇÃO URBANA	A	A	Aprovado	6
2015/2		RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	A	A	Aprovado	4
2015/2		TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	A	Aprovado	4
2015/2		PROJETO ARQUITETÔNICO II	B	A	Aprovado	10
2015/2		DESENHO ARQUITETÔNICO III	D	B	Aprovado	3
2015/2		INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	A	Aprovado	2
2015/2		INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	A	A	Aprovado	2
2015/1		MECÂNICA PARA ARQUITETOS	A	A	Aprovado	4
2015/1		HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	A	Aprovado	2
2015/1		ARQUITETURA NO BRASIL	A	A	Aprovado	4
2015/1		TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	A	A	Aprovado	2
2015/1		PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	10
2015/1		REPRESENTAÇÃO GRÁFICA II	C	A	Aprovado	6
2014/2		TOPOGRAFIA I	V	A	Aprovado	4
2014/2		CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	B	Aprovado	6
2014/2		HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	A	Aprovado	2
2014/2		LINGUAGENS GRÁFICAS II	B	A	Aprovado	3
2014/2		DESENHO ARQUITETÔNICO I	C	A	Aprovado	3
2014/2		INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	B	A	Aprovado	3
2014/2		INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	C	A	Aprovado	9
2014/2		PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	A	B	Aprovado	2
2014/1		HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	B	A	Aprovado	2
2014/1		LINGUAGENS GRÁFICAS I	C	A	Aprovado	3
2014/1		GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	C	A	Aprovado	4
2014/1		MAQUETES	C	A	Aprovado	3
2014/1		TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	C	A	Aprovado	3
2014/1		INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	C	A	Aprovado	9

TRABALHO DE CONCLUSÃO

Atividade de Ensino:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Área de Atuação:	República e Apoio para Jovens Egressos de Abrigos	
Título:	República e Apoio para Jovens Egressos de Abrigos	
Período Letivo de Início:	2020/1	Período Letivo de Fim: 2020/1
Data de Início:	09/03/2020	Data de Fim: 17/07/2020
Tipo de Trabalho:	Trabalho de Diplomação	
Conceito:	-	
	Data Apresentação:	17/07/2020

ESTÁGIO

Atividade de Ensino:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Área de Atuação:	Coral Bello Lopes	
Período Letivo de Início:	2017/2	Período Letivo de Fim: 2017/2
Data de Início:	01/09/2017	Data de Fim: 28/02/2018
Conceito:	A	
	Carga Horária:	180

Créditos Liberados

Período Letivo	Caráter	Créditos	Observação
2019/1	Eletiva	8	Por ter cursado a Disciplina Psicologia da Forma, na Universidade de Bologna.
2019/1	Eletiva	8	Por ter cursado a Disciplina Instalações e Museografia, na Universidade de Bologna.
2019/1	Complementar	1	Apresentação do Trabalho Processos de Fabricação Digital em Arquitetura e Design no XXVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, de 19/10/2015 a 23/10/2015.
2019/1	Complementar	1	Viaagem de Estudo a Minas Gerais, de 17 a 24/09/2016.
2019/1	Complementar	5	Monitoria a Distância - Utilizando Tecnologia EAD. Depto de Arquitetura. Representação Gráfica II. De 29/02/2016 a 09/07/2016.
2019/1	Complementar	5	Monitoria a Distância - Utilizando Tecnologia EAD. Depto de Engenharia Mecânica. De 05/03/2018 a 14/07/2018.
2019/1	Complementar	6	Bolsista de Iniciação Científica. Programa PIBIC CNPq-UFRGS. Projeto: Processos de Fabricação Digital em Arquitetura e Design. De 01/09/2014 a 31/07/2015.

Créditos Obtidos	
Obrigatórios:	258
Obrigatórios Convertidos:	12
Eletivos:	20
Complementares:	18
Tipos de atividades complementares(+):	3

Créditos do Currículo	
Obrigatórios:	260
Obrigatórios Convertidos:	36
(Soma das cargas horárias de caráter obrigatório de atividades sem créditos / 15)	
Eletivos:	10
Complementares:	6
Tipos de atividades complementares:	2

COMPLEXO FUTURO

construindo a transição entre o acolhimento
e a autonomia dos jovens egressos de abrigos



assinatura professor orientador

acadêmica: coral belló lopes

universidade federal do rio grande do sul | trabalho de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo 2020/1